

Brasiliense não sabe a pérola que tem em mãos

Segundo pesquisa, população tem noção que a cidade é tombada, mas desconhece instrumentos de preservação

Brasília tem muitos motivos para ser considerada uma cidade especial. Construída em tempo recorde, é referência internacional da arquitetura e do urbanismo moderno. Áreas verdes, traçado viário, comércio local e superquadra são reconhecidos como patrimônio cultural brasileiro e da humanidade. Muitos brasilienses, porém, desconhecem as origens do processo e os motivos para o tombamento da cidade planejada.

A falta de conhecimento e participação da população em parte importante da história da capital foi alvo de pesquisa feita pela arquiteta Sandra Ribeiro, no Núcleo de Estudos da Cultura, Oralidade e Imagem e Memória do Centro-Oeste (Necoi) da Universidade de Brasília (UnB). A pesquisa se transformou no livro *Memória, Cidadania e Gestão do Patrimônio Cultural* (editora Annablume).

A arquiteta constatou que os moradores, à época, não acompanharam o processo de tombamento. "Os governos federal e local não divulgaram os acontecimentos como deveriam", acredita Sandra. Além disso, os moradores não foram consultados. Hoje, diz a pesquisadora, a população sabe que a cidade é tombada, mas continua desconhecendo os instrumentos de preservação.

"Se esse patrimônio não

for importante para as pessoas que vivem nele, se não fizer parte do seu dia-a-dia, não há como preservá-lo", afirma a pesquisadora.

UNESCO - Ouve-se falar sobre o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, dado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 1987, mas não se sabe ao certo o que isso significa. Três anos depois, Brasília foi tombada pelo GDF, por meio do Decreto 10.829. Em 1990, ocorreu o tombamento federal das quatro escalas: monumental, residencial, gregária e bucólica.

Talvez por isso seja tão difícil para o brasiliense respeitar normas de preservação do patrimônio tombado. A falta de uma educação patrimonial aliada à especulação imobiliária, crescimento urbano e centralização dos serviços e equipamentos públicos no Plano Piloto, facilita o surgimento de agressões vistas em toda parte da cidade.

Exemplo disso são as invasões de área pública no comércio local, propaganda irregular na área central, o sétimo pavimento dos prédios residenciais, salas comerciais que se tornam casas, entre outros crimes contra o patrimônio. "A participação popular poderia ajudar a coibir essas agressões", diz a arquiteta.

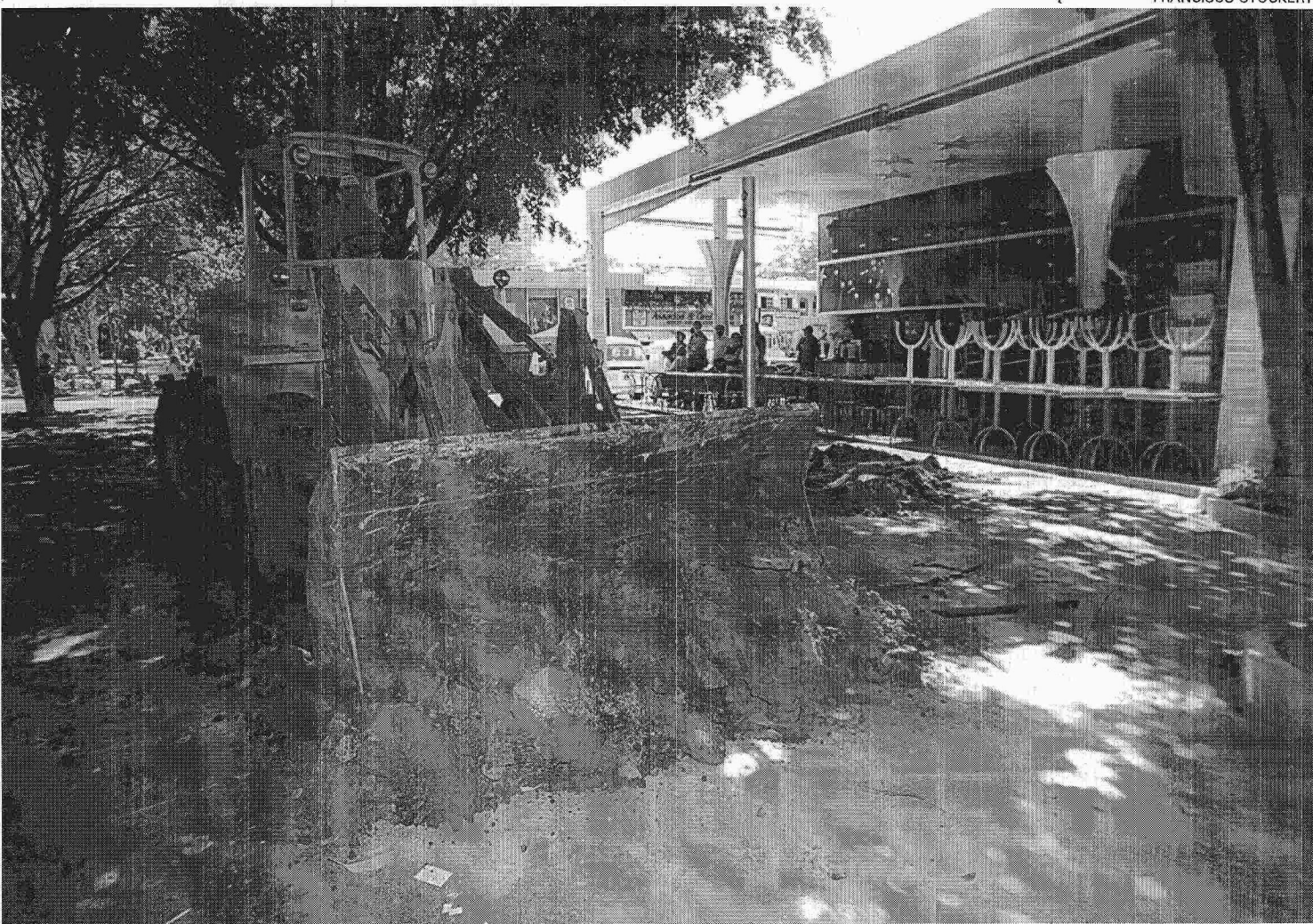
Educação patrimonial

Para saber mais sobre o tombamento de Brasília, a arquiteta Sandra Ribeiro propõe uma democratização das decisões e discussões sobre os espaços da cidade. Na prática, seria a promoção de debates e fóruns em prefeituras de quadras sobre os problemas da cidade, onde a população poderia participar opinando. Para ela, ainda, o currículo escolar do Ensino Fundamental deveria conter a disciplina de educação patrimonial.

"Os governos têm que abrir espaço para a participação da comunidade. Assim será mais fácil preservar o patrimônio", afirma. Sandra sugere a criação do Estatuto do Patrimônio Cultural, permitindo que a comunidade participe mais. No entanto, instrumentos como o Estatuto das Cidades e os Planos Diretores Locais já permitem esta participação popular.

é inovador, feito numa cidade em pleno crescimento. Diferente da cidade mineira de Ouro Preto, que também é tombada pela Unesco, o que deve ser preservado na capital é o projeto urbanístico de Lúcio Costa. Não é possível alterar o volume de prédios residenciais ou o trecho viário do Eixo Monumental. Em Ouro Preto, deve-se, por exemplo, manter o estilo e os materiais essenciais utilizados no monumento, chamado de tombamento arquitetônico.

A flexibilização do tombamento da capital é o seu diferencial. Para Vera Ramos, chefe da divisão técnica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a inovação pode dificultar o entendimento dos títulos. E, por isso, seria preciso investir na educação patrimonial. "É mostrar para as pessoas que quem agride o patrimônio infringe a lei", diz a pesquisadora.



Bar Nu Céu foi autuado por invadir 600 metros quadrados na comercial da 405/406 Sul. A obra foi demolida por escavadeiras

Fiscais derrubam invasão na Asa Sul

Exemplo evidente de agressões contra o tombamento do patrimônio de Brasília são as invasões em área pública. É muito comum, por exemplo, encontrar puxadinhos no comércio local das quadras comerciais. A grama é substituída por cimento e, no local, são colocados mesas, cadeiras, luminárias, toldos.

Ontem de manhã, mais um comerciante foi punido por estender a área de construção. O empresário José Ademar Konrad foi autuado pela Secretaria de Fiscalização e Atividades Urbanas (Sefau) por invadir quase 600 metros quadrados de área pública no

bloco A da comercial da 406/405 Sul. Destes, 220 metros foram cimentados. O avanço era utilizado como extensão do bar Nu Céu.

A operação começou a partir das 9h. A obra foi demolida por escavadeiras da fiscalização, numa operação em parceria com a Administração de Brasília. Cinco caminhões foram utilizados para levar os entulhos e recolher 321 cadeiras, 79 mesas e 13 barras de ferro utilizadas como suporte para luminárias. Os materiais foram apreendidos e levados para o depósito da Sefau, no Setor de Indústria e Abastecimento.

O dono do bar observou toda a ação. José Ademar estava indignado com a forma como a operação estava sendo conduzida. "Não me avisaram de nada. Um assessor da Administração de Brasília me garantiu que eu poderia colocar uma grama artificial em cima do cimento até segunda-feira", alegou.

Ele também disse que o bar tem alvará de funcionamento definitivo desde junho deste ano. "Estou todo regular. Emprego mais de 60 pessoas e ajudo na segurança da quadra. Antes, a área pública era usada como boca-de-fumo", argumenta.

De acordo com Elisângela Balsanelli, chefe de Obras e Fiscalização de Brasília, a retirada de invasões em área pública não precisa ser notificada com antecedência. Ela disse que o alvará de funcionamento do bar não dá direito do proprietário avançar na quadra. Além de ter que pagar uma multa para retirar os materiais recolhidos, José Ademar terá que recuperar a área verde degradada.

O empresário disse que vai recorrer à Justiça contra a operação de demolição. Segundo ele, existem outros estabelecimentos que invadem área pública e estão de pé.

O QUE VOCÊ SABE SOBRE O TOMBAMENTO DE BRASÍLIA?



"Moro no DF há quatro anos e não sei quase nada sobre o tombamento de Brasília"

Jucy Monteiro
auxiliar de fisioterapia do Núcleo Bandeirante



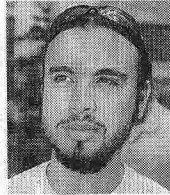
"Não sei nada sobre as leis de tombamento, mas já ouvi falar do título de Patrimônio da Humanidade"

João Alfredo Borges
servidor público, mora em São Sebastião



"Sei que algumas áreas da cidade não podem ser modificadas, como a W3, e que os prédios têm um padrão"

Raphael Mertens
radialista, mora na Octogonal



"Não sei por que a cidade foi tombada, mas conheço os limites impostos para a construção de prédios"

Frederico Teixeira
professor, mora no Plano Piloto